

## A “reversidade” de Zago e Vahan

*Great mistakes in the ruling part, many wrong and inconvenient laws, and all the slips of human frailty will be borne by the people without mutiny or murmur. But if a long train of abuses, prevarications, and artifices, all tending the same way, make the design visible to the people, and they cannot but feel what they lie under, and see whither they are going, it is not to be wondered that they should then rouse themselves, and endeavor to put the rule into such hands which may secure them the ends for which government was first erected... the good of mankind.*

An Essay Concerning the True Extent and End of Civil Government  
**John Locke** (1632-1704)

Os ataques da Reitoria da USP ao corpo da universidade só encontram eco nas parcelas mais conservadoras e retrógradas tanto da sociedade, quanto de dentro da USP. Não se trata apenas de arrocho de salário, sem justificativa convincente; acompanham-no as ameaças de demissões, as agressões ao RDIDP, as referências depreciativas a docentes e funcionários técnico-administrativos, o desrespeito às sugestões encaminhadas por um número significativo de Congregações, o aceno à cobrança de mensalidades, e outras atitudes similares.

Ao mesmo tempo e no mesmo movimento, propala-se todo um projeto de privatização e empresariamento da universidade, na realidade um projeto do *reverso* de uma universidade, do seu *avesso*, segundo a receita originária do Banco Mundial, consolidada no chamado Pacto de Bolonha (1999). A tudo isto assiste, sorridente, o governo Alckmin: será que esperava ver à frente da USP um representante tão aguerrido do descompromisso governista com os direitos sociais fundamentais, em particular, com a Educação Superior Pública e Gratuita?

Não à toa, a bibliografia recomendada pela Reitoria da USP inclui José Goldemberg (ministro de Collor, lembra?, e patrocinador da “lista dos improdutivos” quando reitor) e Simon Schwartzman, porta-voz de um ataque frontal ao



Daniel Garcia

Assembleia de 15/7 vota a continuidade da greve

tripé ensino-pesquisa-extensão e aos profissionais que trabalham na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Este discurso que fazem representa os interesses dos que consideram imprescindível impedir que o Brasil seja sede de produção soberana de ciência e tecnologia, ao mesmo tempo em que tentam relegar o desenvolvimento cultural, artístico e crítico do pensar ao plano do completamente dispensável: as Humanidades, a Política, a Filosofia, as Letras são por eles tidas e havidas como inúteis, mero desperdício de dinheiro e esforço (sobre Schwartzman, vide p. 2).

Já enfrentamos investidas deste tipo antes e foi possível, por meio de luta renhida, fazê-las retroceder. Seria equivocado, contudo, imaginar que esta perspectiva será definitivamente derrotada, pelo menos enquanto durar o modo de produção capitalista e a capacidade da burguesia de controlar forças políticas que estão dispostas a representar seus interesses, ao mesmo tempo em que tenta criminalizar e ou desmoralizar todos os que resistem a políticas que submetem a maioria da população a condições sub-humanas e subalternas.

Um exemplo do que conquistamos nesta luta é que conseguimos inscrever na Constituição que o ensino público é gratuito. Já foram criados muitos “passa-moleques” para driblar a Constituição, como as fundações privadas ditas

“de apoio” e as organizações sociais (OS), porém possuímos recursos legítimos e legais para enfrentar essas “molecagens”.

**“Mercado”, não.** Dado o estado de calamidade em que se encontra a República no Brasil, com a absoluta preponderância do Executivo sobre os outros poderes, em particular sobre o Parlamento (como ilustra nossa recente experiência na LDO-2015 na Assembleia Legislativa), os órgãos de controle do devido exercício do poder; e dada a submissão do Legislativo ao poder econômico (já dizia Mark Twain: “Temos o melhor Congresso que o dinheiro pode comprar”), a nossa luta tem sido contínua para evitar a implantação do projeto de submissão da Educação, da Saúde e de outros direitos sociais ao “mercado”, isto é, da sua transformação em mercadoria, com a consequente cassação destes direitos fundamentais para a maioria da população brasileira.

Nossa luta em defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada nunca esteve ou estará separada das reivindicações e necessidades da maioria da sociedade.

Nossos enfrentamentos aqui na USP hoje são estrategicamente importantes. Que o diga a atenção com que a chamada grande imprensa acompanha o que aqui acontece — em geral de forma desqualificadora. Que o diga a

preocupação do governo Alckmin em encontrar representantes de sua posição dentro de sucessivas reitorias. Que o diga o enorme desgaste acumulado por estas forças, fruto do nosso movimento.

Pensar criticamente não é crime: *é nossa obrigação*. Legar ao futuro uma universidade onde o trabalho intelectual viceje de forma autônoma, sem ser submetido a critérios mercantis ou de produção industrial, também faz parte das nossas obrigações como intelectuais responsáveis, independentemente das mais variadas posições que precisam subsistir no interior de uma universidade que mereça este nome. Hoje, a Reitoria da USP está longe de representar estes ideais, que constituem a base na qual está construída a enorme indignação presente em parte muito significativa do corpo docente da USP; que Zago e Vahan não a subestimem, pois a paciência da maioria dos estudantes, dos funcionários técnico-administrativos e de parcela expressiva dos docentes da USP com o rumo que adotaram é limitada.

Permanecemos rejeitando, enfaticamente, o arrocho de salários; com a mesma energia, lutamos e lutaremos contra o projeto de empresariamento e destruição de uma universidade pública dedicada ao trabalho intelectual de qualidade, contra a sua submissão ao reverso do pensar, cônscios da realidade social e econômica brasileira.

# Demitir à vontade, separar ensino e pesquisa. A “nova” receita de Schwartzman para a USP

**Ex-presidente do IBGE ataca “múltiplos papéis” da USP (graduação, pós-graduação e pesquisa) e dedicação exclusiva e pede “foco”**

Apresentado pela revista *Época* como “cientista político especialista em ensino superior”, o ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Simon Schwartzman afirmou à publicação que a USP precisa de autonomia para “negociar um salário diferente e dar boas condições de trabalho para atrair o talento internacional” e “também poder dispensar quem não é tão talentoso” (<http://goo.gl/bWTfWv>). Schwartzman, que foi diretor do Núcleo de Pesquisas em Ensino Superior (Nupes) na década de 1990, é um defensor do Protocolo de Bolonha (<http://goo.gl/xnKDG7>), embora não tenha citado, na entrevista, esse símbolo da supremacia neoliberal no campo da ciência e dos modelos de universidade.

A entrevista de Schwartzman provocou irritação na categoria, na medida em que a Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP-USP) encaminhou o link com o texto a todos os docentes, recomendando a sua leitura, sem explicar o motivo e sem nenhum comentário adicional. Nela, o ex-presidente do IBGE mescla elogios genéricos à USP com críticas a problemas como “o excesso de burocracia”, a falta de “foco” e considerações outras que coincidem com teses que o reitor Marco Antonio Zago vem defendendo, como a prerrogativa de admitir e dispensar docentes a qualquer tempo.

Schwartzman assim definiu a situação financeira da instituição, dando a entender que é ou deveria ser confortável: “Há dois ou três anos, a USP tinha dinheiro sobrando. Não só ela, mas todas as universidades paulistas, que recebem quase 10% dos impostos do Estado mais rico do país”. Uma inexistência surpreendente em se tratando de alguém que presidiu o IBGE. Afinal de contas, as universidades recebem 9,57% (e não “quase 10%”) da quota-parte estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — e não “dos impostos” em geral. A diferença importa, já que a receita do ICMS (R\$ 112,7 bilhões em 2013) corresponde

a cerca de 89% da arrecadação total de impostos em São Paulo (R\$ 126,2 bilhões em 2013). Portanto, R\$ 13,5 bilhões a menos nesse exemplo de um único ano. Não contente, acrescentou: “A gestão do dinheiro é complicada. O controle dos gastos é muito burocrático.”

Chamado a comentar a “queda” da USP em um *ranking* britânico, Schwartzman pontificou: “Realmente importa que, no cenário internacional, a USP continue muito mal ... abaixo das 150 melhores do mundo”. Ao final, instado a falar do futuro da instituição, afirmou que “é de longe a melhor do Brasil” e que sua “reputação é boa aqui dentro”, porém... “é uma qualidade convencional [*sic*], que não corresponde ao que ela custa e ao que o Brasil precisa”, de modo que “poderia ter um papel mais importante”. A ideia de que a USP “não vale quanto pesa”, não faz jus aos recursos que recebe, já fora antecipada por Zago em reuniões realizadas em Ribeirão Preto (<http://goo.gl/zKlfhE>).

**“De ponta”.** Na opinião de Schwartzman, a instituição deveria preocupar-se em tornar-se uma “universidade de ponta”, porque no “mundo inteiro, os países estão preocupados com isso”, ninguém “quer ficar para trás, então há um esforço para incluir pelo menos algumas de suas universidades de melhor qualidade nesse circuito mundial de conhecimento, informações e competências”.

No Brasil, lamenta ele, o assunto está fora da pauta. “Ficar de fora desses *rankings* significa que não passam por aqui as principais pessoas competentes, ideias e tecnologias. Não há circulação de conhecimentos e ideias”. Mas, adverte, é “claro que não dá para transformar todo o ensino superior em universidades de excelência internacional”, pois a “maior parte do ensino superior cuida de ensino, e essas universidades internacionais são fortes em pós-graduação e pesquisa pesada”. Assim, conclui, caberia à USP (“que

tem mais dinheiro, um acervo de competências de professores e institutos”) assumir esse papel. Como? Definindo seu foco.

“O que queremos que a USP seja?”, insiste Schwartzman. “Hoje, ela tem múltiplos papéis: a graduação, a pós, a pesquisa. Tem até uma tentativa ruim de investir em ensino técnico, com o *campus* da Zona Leste de São Paulo. Falta um foco. Se for para ser uma universidade de massa, que dará educação profissional, então não precisa pagar professor e pesquisador de dedicação exclusiva. Se for fazer pesquisa, não precisa do ensino profissional”.

Universidade “de massa”, logo sem docentes em dedicação exclusiva: eis aí algo que Zago também defende, ao criticar o “excesso” de docentes em Regime de Dedicação Exclusiva à Docência e à Pesquisa (RDIDP) na USP e criar um grupo de trabalho para dismantelar o RDIDP. Será que, no que diz respeito à EACH, o reitor advoga o mesmo ponto de vista que Schwartzman, qual seja, “tentativa ruim de investir em ensino técnico”? A propósito, a Assembleia Geral da Adusp de 2/7 aprovou moção de repúdio a esta e outras opiniões do ex-presidente do IBGE (<http://goo.gl/9Rve9K>).

**Cientometria.** Ao falar em “principais pessoas competentes”, Schwartzman dá a entender que sua concepção de competência é cientométrica, meritocrática, vinculada exclusivamente ao produto dos *rankings* e das normas hierarquizantes das agências governamentais. Subentende-se que a “circulação de conhecimentos e de ideias” também seja exclusivamente a que deriva desses ranqueamentos e do *mainstream* acadêmico.

Supondo-se que realmente fosse interessante ao país criar as festejadas universidades de excelência internacional, por que razão não seria possível transformar *todo* o ensino superior em universidades desse tipo? Vejamos: a linha de raciocínio de Schwartzman é a das “ilhas de excelência”, associada à lógica da exclusão inspirada no Protocolo de Bolonha, que vem norteando a atuação da Capes: docentes de excelência (capazes de alta produtividade), cursos de excelência, programas de excelência,

instituições de excelência. Quem não for “excelente” está fora do mapa dos recursos e, claro, jamais chegará a ser “muito bom”, quanto mais “excelente”. A docência é vista como algo de segunda linha, “de massa”, portanto o que importa mesmo é “pós-graduação e pesquisa pesada”.

Ao deplorar os “múltiplos papéis” que a USP exerce hoje, Schwartzman faz parecer que é uma colossal *tonteria* reunir graduação, pós-graduação e pesquisa numa mesma instituição de ensino! Note-se, ademais, que ele sequer inclui a extensão entre os papéis da universidade: está simplesmente fora de questão. O fato é que incorre num erro conceitual profundo, pois não há universidade sem pesquisa. Ensino superior sem pesquisa é o que faz hoje a maior parte do sistema privado, com os resultados conhecidos. Combinar docência, pesquisa e extensão é um atributo típico das universidades públicas, com ganhos recíprocos para as diferentes faces desse tripé.

Quanto à liberdade para contratar e demitir, o entrevistado apresentou como exemplo saudável um traumático episódio ocorrido na Universidade da Califórnia, em Berkeley: “O departamento de biologia ficou velho. Era um excelente departamento, com gente qualificada, mas a biologia feita lá dentro ficou antiga ... principalmente na área da genética. O pessoal não se atualizou”. Uma comissão externa concluiu que o departamento precisava mudar. “As pessoas foram afastadas ... eles saíram à procura de pessoal qualificado para tocar o novo departamento. Foram perguntar quanto queriam ganhar e que equipe precisariam montar. Esse tipo de ação é impensável na USP”.

Ufa! Felizmente esse tipo de ação é mesmo impensável na USP, ao menos por enquanto. Mesmo porque seria difícil de entender como “um excelente departamento, com gente qualificada”, tenha ficado ultrapassado da noite para o dia, e pesquisadores qualificados pudessem ser jogados no olho da rua, substituídos como peças descartáveis. Mas o exemplo ilustra bem o que seria a Universidade de Mercado idealizada e pretendida por Zago e seus gurus.

# Presidente da COP propõe que alunos paguem taxa, para combater a “concentração de renda na USP”

O presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio da USP (COP), professor Sigismundo Biloskorski Neto, que é também diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), declarou em debate sobre “Estrutura de poder e governança na USP”, realizado em 22/5 (<http://goo.gl/k5mJJc>), ser favorável à cobrança de taxas de alunos regulares da universidade que possam “pagar esse estudo de uma forma muito confortável”.

O doutor Sig, como é conhecido, alega que a medida seria um instrumento para “evitar a concentração de renda dentro da USP”. Na proposta apresentada informalmente por ele, os estudantes pagariam conforme a sua faixa de renda familiar. Apesar disso, ele disse que não é contrário ao ensino público e gratuito.

As afirmações de Sig surgiram num contexto de críticas do professor ao setor público e à própria Universidade. O debate sobre “Estrutura de poder e governança na USP” realizado em Ribeirão Preto integrou o ciclo organizado a pedido da Caeco, comissão criada pelo reitor para conduzir um processo de discussão relativo à reforma da instituição.

“A USP tem uma responsabilidade institucional. Todos nós sabemos que a administração pública no país é deficitária. É complicada, é ineficiente. O excesso de burocracia... Em seis meses nós queremos uma universidade diferente, com preceitos de governança mais modernos”, afirmou o presidente da COP.

Depois de opinar que os problemas financeiros por que passa a USP devem ser aproveitados como uma oportunidade de se repensar a gestão da instituição, tornando-a mais profissional, Sig passou a fazer considerações sobre o financiamento das universidades públicas estaduais: “Tem muita gente que mora nos bairros pobres, que ganha R\$ 600, R\$ 700, R\$ 1.000, R\$ 1.200 e na hora que for ao supermercado vai botar R\$ 3, R\$ 4 aqui dentro [via ICMS], para pagar não só a excelência do ensino, da pesquisa e tal, mas também a inefici-

ência administrativa, esses processos intermináveis, esse excesso de burocracia, os excessos de deslocamento”.

“**Caminhonete**”. No entender de Sig, “cada vez que tem reunião do Conselho Universitário sai todo mundo daqui de carro”, ou seja, de Ribeirão Preto para São Paulo e vice-versa. “É esse pessoal mais pobre que está pagando isso”. Neste ponto da digressão, avançou sua proposta de financiamento.

“Vai lá na FEA à noite para ver o monte de caminhonete bacana, sabe? Acho que o sujeito para entrar aqui apresenta o Imposto de Renda do pai e da mãe, sabe? Tem tanto de renda, paga tanto; tem tanto de renda paga tanto; tem tanto paga tanto, e acaba esse nível de concentração de renda que nós temos. Porque estamos pegando o ICMS do pobre, que gasta no supermercado, para botar aqui dentro para estar pagando na realidade o estudo de uma série de pessoas que podem pagar esse estudo de uma forma muito confortável”.

Em seguida, ele tentou reduzir o impacto de suas declarações: “Não estou falando contra o ensino público e gratuito. Estou falando que a gente deve ter instrumentos que evitem a concentração de renda dentro das atividades da Universidade de São Paulo”. Depois, procurou mostrar que o assunto foge à alçada da USP: “Mas isso já é uma política externa à Universidade e vai depender de como é que os próximos governos vão lidar com o ensino público e gratuito a nível [sic] primário, secundário e assim por diante”.

**Fundace.** A FEARP, hoje dirigida por Sig, implantou há quase duas décadas uma modalidade de cobrança indireta, por meio de cursos pagos oferecidos pela entidade privada Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), dita “de apoio” à USP e constituída, em 1995, por professores da própria unidade. Neste momento a Fundace oferece simultaneamente nove “MBA USP” e dois “MBA EAD

USP” (<http://goo.gl/bn77rR>).

O alto preço dos cursos da Fundace pode ser estimado com base no valor cobrado por aluno do curso de final de semana “Normas Internacionais de Contabilidade Financeira”, oferecido em maio último (16 horas-aula): R\$ 1.184,00. Em 2013, a *Folha de S. Paulo* informou que os MBAs da fundação custavam “aproximadamente R\$ 18 mil” (<http://goo.gl/L6Zbma>). O próprio Sig já coordenou curso pago na Fundace (<http://goo.gl/cAjc2v>).

Em 2003 o então presidente da Fundace, professor Sérgio Takahashi, informou que os docentes envolvidos com a entidade privada recebiam, em média, remuneração adicional de “R\$ 50 mil” por ano (*Revista Adusp* 32, p. 79). Atualizado para 2014 pelo ICV-Dieese, este valor é da ordem de R\$ 91 mil, o equivalente a 9,9 salários mensais brutos de um Professor Doutor 1 (R\$ 9.194,84).

**Falso caminho.** “O ICMS é um tributo bastante injusto, porque vem no preço das mercadorias. Então o pobre paga proporcionalmente mais do que o rico. É claro que cobrar na Universidade não vai resolver isso, por isso sou pela gratuidade”, disse no mesmo debate o professor José Marcelino Rezende Pinto (FFCLRP) rebatendo a proposta de Sig. “Nenhuma universidade do mundo, de qualidade, vive de cobrança. Nos Estados Unidos, 10% [da receita das universidades públicas] vem das taxas. Então não é por aí, é falso o caminho”.

Marcelino também criticou a oferta de cursos pagos por fundações privadas, prática que “mata por dentro” a USP, cada vez mais privatizada: “Porque é muito difícil defender a universidade pública, defender dinheiro público, se tem curso de R\$ 20 mil por pacote na mesma universidade, rasgando a Constituição, onde está escrito: ‘ensino público, gratuito, em estabelecimentos oficiais’ [artigo 206, inciso IV]. Está escrito na Constituição, só que nós não cumprimos”.

A professora Nádia Monesi (FCFRP) também contestou o presidente da COP: “Não entendi aquele raciocínio final: ‘Eu vejo

muitas caminhonetes no estacionamento da FEA e essas pessoas deveriam pagar mensalidade’. Eu perdi alguma coisa no caminho, porque não vejo uma correlação direta”.

“Quando falei aquilo aqui, é uma posição pessoal minha e de alguns professores, mas não é uma posição oficial da FEA”, contrapôs Sig. “Temos que ter um ensino público e gratuito, mas o ensino público e gratuito não pode concentrar renda”.

**Posição da Adusp.** Chamado a se manifestar sobre as declarações, o presidente da Adusp, professor Ciro Correia, se diz chocado: “Causa perplexidade que a ‘solução’ apresentada pelo professor de economia seja cobrar mensalidades, corroborando a visão elitista de que vigore na universidade uma lógica tão ao sabor dos interesses do mercado: ‘quem tem dinheiro compra o direito de estudar, ou de ter acesso à saúde, segurança’ etc. Escapa-lhe a questão republicana fundamental de que direitos sociais devem ser financiados por impostos com alíquotas progressivas sobre a renda, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, método este utilizado em países mais organizados e menos injustos, que adotam alíquotas muito superiores às nossas e reduzem espaços para isenção ou sonegação de impostos”.

A visão tributária baseada na justiça social e na distribuição da renda, prossegue Ciro, “nunca está presente nos interesses das elites brasileiras, vocalizado por seus representantes, simplesmente por que lhes é muito mais barato pagar pelo ensino de seus filhos, mesmo quando privado e caro, do que pagar impostos progressivos sobre a renda e a transferência de capitais”.

Causa grande preocupação, argumenta, que uma visão de tipo mercantilista seja “expressa, sem qualquer constrangimento, por membros de comissões assessoras do Conselho Universitário de uma universidade pública, como é o caso do professor Sig, presidente da COP”.

# Zago-Vahan e o inconsistente mantra do “não vi, não sei, não participei”

Fundo de Reserva foi constituído com recursos destinados à Previdência, afirmou Engler em registro que consta de ata do Co de 2012

Propagar números pela imprensa e em e-mails é uma coisa, discuti-los é outra bem diferente. Vale a pena reproduzir um pequeno trecho da ata da 949ª sessão do Co (que aprovou em 18/12/2012 o orçamento de 2013, ver <http://bit.ly/1jFoonC>). O professor Joaquim Engler (também diretor da Fapesp) do alto dos seus “29 anos acompanhando o orçamento da USP”, conforme suas próprias palavras (ver p. 19 da ata), apresenta um longo comentário que se inicia referindo-se à previsão de comprometimento de 92,82% para pessoal, à época:

“Em relação aos 92,82%, peço que você examine no final da tabela 3, das Diretrizes, ou no final da tabela A, da Proposta Orçamentária, o item ‘Reserva’, o qual tem 11,82%, vamos arredondar para 12% e comparar com os 92,82%. Esses 12% de Reserva são recursos que a USP, há muitos anos, quando o professor Jacques Marcovitch era reitor, começou a constituir uma reserva em função da forma com que eram feitos os pagamentos dos inativos, das pensões e do pessoal ativo” (p. 25 da ata).

“Essa reserva foi definida na ocasião, por uma proposta do Reitor Marcovitch e aprovada na COP, e seria utilizada no pagamento dos inativos. Então, se você olhar a Tabela B, na Proposta Orçamentária, vai ver que essa reserva só aparece na segunda coluna, que trata dos inativos. Portanto, dos inativos, que corresponde àqueles R\$ 754.647.462,00, o que vai ser pago com a dotação orçamentária a ser recebida no exercício de 2013, é apenas a diferença, R\$ 245.639.575,00. Os R\$ 509.007.887,00 fazem parte daquele fundo de reserva. Se considerarmos esses 12% descontando dos 92,82%, ficamos no orçamento de 2013 em um índice de 80% para o item pessoal” (p. 26 da ata).

No momento atual a Reitoria fala em comprometimento de 104% para pessoal! A questão é: quanto devemos tirar desse percentual se levamos em conta as reservas que são recursos originários de verba de pessoal, mencionadas por Engler?

João Neves/USP Imagens



Professor Sigismundo Bialoskorski (Sig)

## Explicação detalhada.

Cabe lembrar que Zago e Vahan, como pró-reitores na gestão J.G. Rodas, faziam parte do Co. Recomendamos, em especial, a leitura das p. 25 e 26 da ata (<http://bit.ly/1jFoonC>) que, além dos trechos reproduzidos anteriormente, contém uma explicação detalhada sobre a origem das reservas, em trechos que reproduzimos a seguir (linhas 813 a 859 da ata; os grifos são nossos):

“A Universidade, mensalmente, desconta do seu servidor um percentual para a aposentadoria, percentual esse que é recolhido ao antigo Ipesp, hoje SPPREV. Naquela ocasião foi questionado por que a Universidade recolhia ao Ipesp a parcela que seria para o pagamento dos seus inativos e ela continuava sendo responsável pelo pagamento desses inativos. Porque o Ipesp só pagava as pensões das viúvas dos servidores. (...) A Universidade recolhia duas parcelas, uma decorrente daquilo que ela desconta do servidor, que ela nunca deixou de recolher, se assim o fizesse, estaria cometendo estelionato, porque desconta do funcionário e não recolhe; e a outra parcela como **patrão**”.

“Quanto à **parcela patronal**, a USP questionou o Ipesp no sentido de fazer um acerto de contas. O que o Ipesp gasta com a USP, em pensões, vamos manter o pagamento. Agora, aquilo que é destinado aos aposentados, ou vocês assumem o pagamento dos inativos ou a USP continua pagando, porém, vai reter isso, fazendo um fundo. Isso foi muito questionado. O Ipesp chegou a entrar na justiça, nunca prestou a informação a res-

peito de quanto gastavam. A USP manteve sua posição, enquanto não tivermos a informação correta do quanto eles realmente utilizam, não vamos recolher a **parcela patronal**. Passamos a constituir um fundo com rendimentos financeiros. Esse fundo foi sendo mantido ao longo do tempo. As outras duas Universidades Estaduais, em alguns anos, nem sequer recolhiam a parte descontada dos seus servidores, quando foi criado o SPPREV, houve uma discussão para se resolver essa situação nas três Universidades. **As outras duas tinham débitos e foram perdoadas**, e a USP foi confirmada com o direito a utilizar aquela reserva”.

Uma vez apresentadas estas e outras explicações, e após algum debate, o Orçamento da USP para 2013, elaborado pela COP, foi aprovado no Co por ampla maioria.

## Pergunta que não cala.

Fica a pergunta: qual é o montante deste fundo de reserva que deveria ser utilizado para pessoal? A contribuição patronal era na época 6% do salário de cada estatutário. É muito dinheiro! Por que o arrocho salarial é a única proposta do Zago-Vahan e cia.? Arrocho para financiar o funcionamento da USP com o crescimento de fundo constituído pela contrapartida obrigatória do Estado e da Universidade à nossa contribuição previdenciária: esta é a “solução” autoritariamente adotada pela Reitoria da USP.

É bom lembrar que o professor Engler interpretava os “92,82%” do orçamento de 2013 como sendo ao redor de 80% da receita — e os outros 12% da reserva. Essa in-

USP/CCS/Argos



Professor Joaquim Engler

terpretação mudou agora? Explicações são necessárias!

Zago e Vahan estavam presentes à reunião. O atual presidente da COP, professor Sigismundo Bialoskorski, também estava lá — aliás, ele cumpre agora seu quinto mandato consecutivo na COP. Além do discurso de candidato a reitor que foi rasgado (cabe ir ao Procon?), a busca por apuração da gestão Rodas parece sob suspeita quando o cargo de extrema confiança de Procurador Geral permanece com o professor Gustavo Monaco, o mesmíssimo da gestão Rodas.

## Queremos debate.

Por decisão de Assembleia Geral, a Adusp protocolou, em 26/6/2014, o pedido de realização de um debate entre COP e Adusp acerca das contas da USP. A assembleia também aprovou que uma comissão visite os seis membros da COP para, de viva voz, reafirmar o convite ao debate. O presidente da COP, professor Sig (FEARP), foi procurado pelos colegas de Ribeirão Preto para marcar um encontro, mas até o momento a visita não foi agendada. Os outros membros da COP foram visitados pela comissão de professores. Nas conversas realizadas ficou claro que eles não tinham detalhes da execução orçamentária e, de modo geral, concordavam sobre a participação em um debate com a Adusp. Entretanto, alguns julgavam que era preciso conversar com o reitor (como presidente do Co) para solicitar sua autorização para a realização do debate. A reunião com o reitor teria ocorrido em 8/7/2014, mas não temos informação sobre sua conclusão.

# Moral elevado da categoria e presença expressiva fortalecem assembleias. A greve prossegue!

Na sessão da assembleia geral permanente da Adusp realizada em 15/7, no auditório da Faculdade de Educação, a greve dos docentes foi mantida por ampla maioria, com apenas quatro ausências e nenhum voto em contrário. Como vinha ocorrendo a cada nova sessão, os professores compareceram em número expressivo, preenchendo o auditório no período de férias.

As unidades trouxeram principalmente, além do informe de continuidade da greve, o levantamento de que até o momento é significativo em várias unidades a decisão de não entrega das notas enquanto prossegue a greve. No Instituto de Matemática e Estatística (IME), na Escola Superior Luis de Queirós (Esalq), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), no Instituto de Psicologia (IP) e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), na maioria dos cursos não houve o registro de notas no sistema Júpiter.

Outras unidades ainda estão fazendo o levantamento. Foi ressaltado, porém, que apesar de o período de lançamento das notas ter-se encerrado oficialmente no dia 14/7, o sistema ainda permanece aberto para as secretarias. Por isso, os números ainda podem variar.

## Corte de terceirizados.

Também foi levantada a questão do corte, anunciado pela Reitoria, de funcionários terceirizados, responsáveis por parte do serviço de limpeza e segurança das unidades. No IP, que possui um prédio para atendimento clínico, os cortes estão afetando as atividades e um

levantamento detalhado das consequências está sendo elaborado. No campus de Pirassununga, “a situação dos terceirizados é terrível, houve uma redução muito grande, a situação vai ficar insustentável”, relatou o professor Andrés Vercik, representante da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) e diretor da Adusp.

O professor César Minto, coordenador do Fórum das Seis, lembrou que o tema integra a pauta de negociação com o Cruesp, mas que é muito difícil conseguir informações precisas, dada a diversidade de contratos da USP com as empresas de terceirização de força de trabalho.

A assembleia setorial do Instituto de Física (IF) elaborou um relatório sobre os cortes nas bolsas de auxílio estudantil e propôs que o assunto seja também incorporado como pauta das negociações. “Esses cortes representam a precarização das atividades dos docentes e a exclusão dos estudantes das atividades acadêmicas”, concluiu Ivã Gurgel, que trouxe o informe da unidade para a assembleia.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, informou que em 11/7 a entidade protocolou ofício no Serviço de Informações ao Cidadão da USP, com base na chamada Lei da Transparência (lei federal 12.527, de 18/11/11), por meio do qual solicita que a Reitoria forneça as seguintes informações relacionadas ao Orçamento: a) estimativa de arrecadação dos “Recursos Próprios” da USP para 2014, com discriminação de cada



Fotos: Daniel Garcia



Alguns momentos da nossa mobilização: entrega simbólica da "Chave da Negociação" à Reitoria da USP (27/6), manifestação do Fórum das Seis diante da Reitoria da Unesp (1/7), pressão exercida sobre a Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, onde a palavra foi concedida ao professor Francisco Miraglia (1/7)

uma das fontes (aluguéis, rendimentos financeiros, prestação de serviços, fundos especiais, convênios etc.); b) que obras foram suspensas, quais os órgãos decisórios e justificativas apresentadas; c) a que título se referem os valores de 2013 relativos a “restos a pagar do ano anterior e credores” (R\$ 417 milhões); d) a que obras se refere o item “Obras em andamento” (R\$ 192 milhões) e qual o plano de execução financeira correspondente; e) qual a previsão e alocação dos valores de “Reserva de Ajuste” de 2013 e 2014.

## Moção contra prisões.

Por sugestão da assembleia setorial da FFLCH, a assembleia geral aprovou moção de repúdio às pri-

sões arbitrárias realizadas no Rio de Janeiro, com o seguinte teor: “Os professores da USP reunidos em 15/7/2014, na sessão da assembleia geral permanente da Adusp, repudiam as inaceitáveis prisões políticas realizadas no Rio de Janeiro em 12/7 e exigem a libertação imediata de todas as pessoas presas, destacando o caso da nossa colega, professora Camilla Jourdan, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)”.

A assembleia também elegeu delegado e observadoras da Adusp ao 59º Conselho Nacional do An-des-SN (Conad), respectivamente os professores Francisco Miraglia (IME), Lighia B. Horodyski Matsushigue (IF) e Rosângela Sarteschi (FFLCH).

## Cruesp continua intransigente, e ausência de Zago se repete

Na reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis realizada em 16/7, o Cruesp não negociou sequer itens da Pauta Unificada 2014 que dispensam recursos financeiros, como é o caso da revogação das punições e a participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil por meio de órgãos paritários e deliberativos. A retórica de abertura e democracia alegada pelos reitores na reunião não se sustenta face à sua prática recorrente. Registro especial merece a ausência, uma vez mais, do reitor da USP, agora em viagem! Leia reportagem completa sobre a reunião em <http://goo.gl/F1ET7o>.

# USP assina TAC mas não resolve contaminação ambiental da EACH

**Termo de Ajustamento de Conduta, que sequer foi assinado pela Cetesb, condiciona eventual desinterdição ao atendimento das exigências da 2ª Vara da Fazenda Pública**

A promotora de justiça Cláudia Fedeli, da Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual (MPE), concedeu audiência, em 16/7/2014, a membros da diretoria da Adusp, da assessoria jurídica da entidade, da Comissão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e do Grupo de Trabalho Técnico da EACH, a respeito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 26/6 a propósito do *campus* leste da USP.

Cláudia é a atual responsável pela ação civil pública impetrada pelo MPE, que solicitou a interdição judicial do *campus* da EACH, acolhida em decisão liminar pela 2ª Vara da Fazenda Pública, em novembro de 2013. A promotora de justiça que vinha respondendo temporariamente pelo caso, Paloma Sanguiné, ultimou os detalhes do TAC, mas passou a atuar em outro setor.

Na audiência, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, fez breve histórico das reuniões anteriores havidas no MPE a respeito do tema, reiterando as

preocupações da entidade quanto à necessidade de que efetivamente sejam garantidas condições seguras e adequadas para o funcionamento do *campus* antes de qualquer decisão sobre sua desinterdição, nos termos da liminar que a determinou. Depois, solicitou esclarecimentos quanto à informação incorporada ao processo em 11/7/2014 de que, em 26/6, a USP e o MPE assinaram um TAC sem que, no entanto, a Cetesb o tenha feito.

**Responsabilidades.** A promotora explicou que, de fato, USP e MPE haviam assinado o TAC enquanto que a Cetesb ainda não, devido a questões que estaria aventando, relacionadas às responsabilidades de acompanhamento e verificação das exigências previstas para a universidade cumprir nos termos propostos. Foi dado a conhecer aos presentes o teor do documento, assinado pelo reitor, pelo superintendente da Superintendência do Espaço Físico (SEF) e pela promotora Paloma Sanguiné.

Cláudia esclareceu, ainda, que havia sido incorporado ao TAC um item que explicitava que a assinatura do termo não implicaria a anuência da Promotoria do Meio Ambiente à desinterdição imediata do *campus*, ficando explícito que isto somente ocorreria uma vez executadas as providências estipuladas para a universidade pela juíza Laís Amaral, da 2ª Vara da Fazenda Pública, seguida da devida certificação pela Cetesb, nos termos da liminar concedida (<http://goo.gl/sk7tMZ>).

Os esclarecimentos evidenciaram que ainda seria necessário lapso significativo de tempo para execução e verificação da eficácia das providências tomadas que permitam atestar a segurança do *campus*, para, somente então, se considerar a suspensão da ação e a eventual desinterdição. A promotora acrescentou que o MPE ainda está em tratativas com a Cetesb a respeito do TAC, e que terá de reavaliar como proceder, caso efetivamente a companhia ambiental não venha a assinar o documento.

**Falta de iniciativa.** Em seguida tratou-se da preocupação quanto à aparente falta de iniciativa da Reitoria da USP no tocante a providenciar os locais para

os quais serão realocadas as atividades de ensino e pesquisa da EACH, uma vez anunciado que nem mesmo as precárias instalações da Unicid e da Fatec, utilizadas no primeiro semestre de 2014, estarão à disposição a partir de agosto.

A promotora informou que tampouco o MPE tem qualquer informação sobre tais providências, mas que a universidade terá que atendê-las nos termos da liminar, incorrendo na pena de multa diária determinada pela decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública, fixada em R\$ 100 mil, se não cuidar da necessária infraestrutura para a relocação e continuidade das atividades da escola em condições adequadas.

Será que, mais uma vez, irresponsavelmente, a administração da USP vai apostar todas as suas fichas na improvável desinterdição do *campus* leste, à revelia das disposições do TAC com o qual ela se comprometeu, e submeter novamente toda a comunidade da EACH a condições inaceitáveis de trabalho e de estudo, como se deu no primeiro semestre de 2014?

Urge que a Reitoria apresente medidas concretas capazes de resolver tais problemas, para que se encerre esta insuportável novela.

## Congregações tomam posição frente à crise

Diante da intransigência da Reitoria em abrir as negociações salariais, dez unidades da USP e um departamento manifestaram-se a respeito. Nove delas aprovaram moções que pedem ao reitor e ao Cruesp que retomem a interlocução com as categorias: as da FE, IGc, FM, FMRP, FFCLH, FSP, ESALQ, IME, IF, posição compartilhada pelo Departamento de Educação, Informação e Comunicação da FFCLRP. A do IP requereu “reajuste dos salários de docentes e funcionários no índice proposto pelo Fórum das Seis”, retomada de contratações de professores e que seja suspenso e revertido o corte de funcionários terceirizados.

Quatro dessas unidades recomendaram abertura e ou transparência das contas da USP: IGc, IP, FE, IME. A FE e o departamento sugeriram que sejam pleiteados mais recursos para as universida-

des públicas estaduais.

A Congregação da FE aprovou quatro moções em 4/7. Uma delas repudia o uso que a Reitoria e Pró-Reitorias têm feito dos veículos institucionais de comunicação: “apresentam uma concepção unilateral de Universidade”. Outra rejeita as declarações do reitor à mídia comercial, “que desqualificam e colocam sob suspeita o trabalho desenvolvido pelos docentes da USP e atacam o regime integral de trabalho (RDIDP)”. Uma outra ainda sustenta “a legitimidade da pauta apresentada aos reitores e a necessidade de recomposição dos vencimentos, ao menos, em relação às perdas com a inflação, garantindo a isonomia salarial entre as três Universidades”.

**Contraste.** A congregação do IF manifestou “preocupação com a falta de comunicação da Reitoria

com a comunidade acadêmica em contraste com as várias manifestações do reitor à mídia”. A da FFLCH pediu “respeito aos procedimentos democráticos estabelecidos desde o Decreto de Autonomia Universitária de 1988” e afirmou que “a situação crítica em que a universidade se encontra se deve, sobretudo, à sua forma de organização administrativa e política ... um problema estrutural, que se não for atacado com rapidez levará a um acirramento da crise presente”.

As congregações da FMRP, unidade de origem do reitor, e da Esalq reclamaram novos patamares de interlocução. Após registrar que a crise atual não se resume ao aspecto financeiro, mas “estende-se de forma gritante ao lado político com consequências imprevisíveis sobre o desempenho acadêmico-científico”, a FMRP lembra a Zago que sua ascensão ao posto “foi tomada por

todos como prenúncio de novos patamares de diálogo e negociações”, e apela a ele para que “mantenha e amplie negociações em todos os níveis”.

A Esalq assinala que “a grandeza da USP está na força do seu corpo de docentes, funcionários e estudantes e não na sua complexa administração”, e que a USP está vivendo um “impasse de greve em face de uma desnecessária centralização de ações reparadoras por parte do atual reitor”. Recomenda seja realizada “uma discussão sobre os pronunciamentos da Reitoria à grande imprensa”. Por fim, sugere “que sejam confirmados os compromissos assumidos na campanha eleitoral do atual reitor, quando se ganhou a confiança da comunidade por evidenciar a necessidade de abertura do diálogo com a comunidade e a valorização das atividades-fins da Universidade”.